

DECRETO Nº 1141, DE 17 DE SETEMBRO DE 2021

Dispõe sobre o retorno das atividades presenciais, de forma gradual, na rede de ensino pública, no formato híbrido, no Município de Itapagipe/MG e dá outras providências

O prefeito Municipal de Itapagipe/MG, Ricardo Garcia da Silva, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO que as medidas de restrição e prevenção sanitárias devem ser revistas periodicamente podendo ser reduzidas ou ampliadas, utilizando-se critérios técnicos de acordo com a evolução da pandemia da Covid-19 na localidade;

CONSIDERANDO as normativas para o retorno às aulas de forma universal, monitorada, consciente, gradual (híbrida) e facultativa;

CONSIDERANDO que o Estado de Minas Gerais, autorizou o retorno gradual das atividades educacionais presenciais no território mineiro, através da RESOLUÇÃO SEE Nº 4.590/2021;

CONSIDERANDO a Resolução SEE Nº 4.601/2021 que estabelece diretrizes no âmbito das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG) para o retorno gradual e seguro das atividades presenciais, observados os protocolos de biossegurança sanitário-epidemiológicos aplicáveis e demais medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19;

CONSIDERANDO a redução do número de novos casos confirmados de Covid-19 assim como a tendência de redução das taxas de ocupação de leitos hospitalares clínicos e de CTI, observadas no município e microrregião com o avanço da vacinação;

CONSIDERANDO o Plano Minas Consciente, proposta apresentada pelo Governo de Minas Gerais, por meio das Secretarias de Desenvolvimento Econômico (SEDE) e de Saúde (SES), que orienta a adoção de critérios e protocolos sanitários para a retomada segura das atividades econômicas dos municípios/

CONSIDERANDO as orientações contidas no Guia de Implementação de Protocolo de Retorno das Atividades Presenciais nas Escolas de Educação Básica, Expedidas pelo Ministério da Educação;

CONSIDERANDO o Protocolo Sanitário de Retorno às Atividades Escolares Presenciais no contexto da pandemia da Covid-19, expedido pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais;

DECRETA:

Art. 1º – Fica autorizado o retorno gradual das aulas e demais atividades de ensino presencial, nas instituições públicas, na modalidade híbrida, que se regerá nos seguintes termos:

I – 1ª Etapa – Semana de 20 a 24 de setembro - preparação do espaço físico das escolas de maneira segura e assertiva, por meio de adequações apropriadas para a situação singular de cada instituição, levando-se em conta estrutura física, dimensões do prédio, ventilação dos ambientes, produtos para higienização e organização interna de suas dependências;

§1º - Assinatura pelos pais ou responsáveis, do Termo de Responsabilidade para Aulas presenciais, modalidade híbrida, conforme agendamento na escola, do dia 22 ao dia 25 de setembro de 2021;

II – 2ª Etapa – Semana de 27 de setembro a 1º de outubro – Reservada à Inspeção das escolas da Rede Municipal de Ensino e validação pela Vigilância Sanitária com análise do Protocolo de Retorno às Atividades Presenciais da Rede Municipal de Ensino;

III – 3ª etapa – Semana de 04 a 08 de outubro – Acolhimento – O acolhimento socioemocional, de extrema importância nessa retomada, deve ser entendido como necessário, prioritário e realizado por meio de escuta, cuidado e equidade. Acolher significa estar disponível para a observação atenta, a escuta ativa e o auxílio no que o outro indica como importante. É compreender que a comunidade escolar precisa se ouvir e se ajudar, numa ação contínua para o desenvolvimento da empatia, a manutenção de bons relacionamentos, a minimização de conflitos, enfim para o bem-estar físico, mental e social que favorece o ensino aprendizagem numa fase de adaptação de alunos, famílias e profissionais.

Art. 2º - No dia 18 de outubro acontecerá o início oficial das aulas presenciais na modalidade híbrida na Rede Pública Municipal e Estadual observada a limitação de alunos por sala, respeitando-se o distanciamento mínimo exigido nos protocolos de segurança sanitária;

Art. 3º - Fica suspenso o retorno da EDUCAÇÃO INFANTIL – Creche – 0 a 3 anos, pela especificidade da faixa etária dos alunos. Mais adiante, o cenário

passará por uma nova avaliação, a fim de se verificar possibilidades para um retorno gradual e seguro.

Art. 4º - Cumprimento, integral dos protocolos sanitários descritos no Protocolo de Retorno às Atividades Presenciais da Rede Municipal de Ensino, devidamente elaborado de acordo com o Protocolo Sanitário de Retorno às Atividades Escolares Presenciais no Contexto da Pandemia da Covid-19 da SEE/MG;

Art. 5º - Fica autorizado o retorno de todos os profissionais da educação devidamente vacinados com a segunda dose da vacina contra a Covid-19;

Art. 6º – Oferecimento obrigatório de condições para continuidade do ensino remoto para aqueles que não optarem pelo retorno presencial;

Art. 7º – Manutenção do ensino remoto em caráter complementar e/ou alternativo às atividades educacionais presenciais, para alunos cujas famílias não se sintam seguras para o retorno ou nos dias que não são contemplados pela escala presencial, utilizando a Plataforma implantada como principal recurso e atividades impressas quando o aluno estiver sem acesso à internet;

Art. 8º – documentar todas as ações adotadas pela instituição de ensino em decorrência do cumprimento das determinações deste Decreto e de outras normatizações, para fins de fiscalização, em atendimento ao dever de transparência.

Parágrafo Único – A escola manter-se-á aberta diariamente com o funcionamento normal em seus turnos de atendimento ao público e à comunidade escolar, devendo seguir e atentar-se aos protocolos sanitários. Cada escola terá uma escala para atendimento aos estudantes por turma, considerando a alternância entre semanas de atividades presenciais e semanas de atividades remotas para o agrupamento de alunos.

Art. 9º - Fica liberada diariamente no município a presença dos professores de reforço contratados para atender os alunos previamente selecionados pelos professores e autorizados através de Termo de Compromisso pelos seus respectivos responsáveis.

Art. 10 - As regras contidas neste Decreto sobre a autorização do retorno das aulas presenciais no formato híbrido observam a classificação de ondas feita pelo Governo Estadual, conforme disposto no Plano Minas Consciente, retomando a Economia do Jeito Certo.

Art. 11 – Demais medidas complementares no tocante a execução das atividades presenciais de ensino na modalidade híbrida poderão ser editadas

pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura através de resoluções e/ou portarias, consoante às determinações legais.

Art. 12 – Revogam-se as disposições em contrário, em especial, o Decreto nº 1.102 de 29 de junho de 2021.

Itapagipe/MG, 17 de setembro de 2021.

Ricardo Garcia da Silva
Prefeito